

Regimento

Índice

DA FACULDADE E DE SEUS OBJETIVOS.....	5
TÍTULO II.....	5
DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA.....	5
CAPÍTULO I.....	5
DOS ÓRGÃOS.....	5
CAPÍTULO II.....	6
DO CONSELHO SUPERIOR.....	6
CAPÍTULO III.....	7
DA DIRETORIA-GERAL.....	7
CAPÍTULO IV.....	7
DAS COORDENADORIAS E DOS COLEGIADOS DE CURSO.....	7
SEÇÃO I.....	7
DAS COORDENADORIAS.....	7
SEÇÃO II.....	8
DOS COLEGIADOS DE CURSO.....	8
CAPÍTULO V.....	9
DO INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO.....	9
CAPÍTULO VI.....	10
DOS ÓRGÃOS DE APOIO E COMPLEMENTARES.....	10
SEÇÃO I.....	10
DA SECRETARIA GERAL.....	10
SEÇÃO II.....	11
DA BIBLIOTECA.....	11
SEÇÃO III.....	11
DOS DEMAIS ÓRGÃOS DE APOIO.....	11
TÍTULO III.....	11
DAS ATIVIDADES ACADÊMICAS.....	11
CAPÍTULO I.....	11
DOS CURSOS.....	11
CAPÍTULO II.....	12
DA ORGANIZAÇÃO DIDÁTICA.....	12
SEÇÃO I.....	12
DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO.....	12
CAPÍTULO III.....	13
DA PESQUISA E DA INICIAÇÃO CIENTÍFICA.....	13
CAPÍTULO IV.....	13
DAS ATIVIDADES DE EXTENSÃO.....	13
CAPÍTULO V.....	13
DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.....	13

TÍTULO IV.....	14
DO REGIME ACADÊMICO	14
CAPÍTULO I.....	14
DO ANO LETIVO	14
CAPÍTULO II	14
DOS PROCESSOS SELETIVOS DE ADMISSÃO.....	14
CAPÍTULO III	15
DA MATRÍCULA	15
CAPITULO IV	16
DA TRANSFERÊNCIA E DO APROVEITAMENTO DE ESTUDOS	16
CAPÍTULO V.....	17
DA AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DISCENTE.....	17
CAPÍTULO VI	18
DA DEPENDÊNCIA	18
CAPÍTULO VII	19
DO REGIME ESPECIAL	19
CAPÍTULO VIII.....	19
DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO.....	19
TÍTULO V.....	19
DA COMUNIDADE ACADÊMICA.....	19
CAPÍTULO I.....	20
DO CORPO DOCENTE	20
SEÇÃO I.....	20
DAS ATIVIDADES DOCENTES	20
CAPÍTULO II.....	20
DO CORPO DISCENTE	20
SEÇÃO I.....	20
DOS DIREITOS E DEVERES.....	20
SEÇÃO II.....	21
DA REPRESENTAÇÃO DISCENTE	21
SEÇÃO III.....	22
DA MONITORIA	22
CAPÍTULO III.....	22
DO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	22
TÍTULO VI.....	22
DO REGIME DISCIPLINAR	22
CAPÍTULO I.....	22
DAS DISPOSIÇÕES COMUNS.....	22
CAPÍTULO II	23
DAS DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS AO CORPO DOCENTE.....	23
CAPÍTULO III	24
DAS DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS AO CORPO DISCENTE	24
CAPÍTULO IV	25

DAS DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS AO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	25
TÍTULO VII	25
DOS TÍTULOS E DIGNIDADES ACADÊMICAS.....	25
TÍTULO VIII	26
DAS RELAÇÕES COM A MANTENEDORA	26
TÍTULO IX.....	26
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS	26

TÍTULO I

DA FACULDADE E DE SEUS OBJETIVOS

Art.1º. A Faculdade de São Vicente, doravante designada Faculdade, é uma instituição particular de ensino superior com limite territorial de atuação estabelecido no município de São Vicente, estado de São Paulo, mantida pela União Brasileira Educacional Ltda., pessoa jurídica de direito privado, com fins educacionais e lucrativos, com sede e foro em São Vicente, estado de São Paulo.

§1º. A União Brasileira Educacional Ltda., doravante designada UNIBR, tem seu Contrato Social e alterações registrados no Oficial de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de São Vicente, estado de São Paulo, sob o nº 13157, em 31 de agosto de 2007.

§2º. A Faculdade rege-se pela legislação do ensino superior, pelo Contrato Social da UNIBR, no que for de sua competência, por este Regimento e por atos normativos internos.

Art.2º. A Faculdade, como instituição de ensino, pesquisa e extensão, tem por objetivos nas áreas de conhecimento dos cursos que ministra:

I – estimular a criação cultural, o desenvolvimento do espírito científico e o pensamento reflexivo;

II – formar recursos humanos aptos para inserção no mercado de trabalho, para participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, bem como contribuir para sua contínua formação e atualização de conhecimento;

III – incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;

IV – promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber por meio do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

V – suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar sua concretização, integrando os saberes que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

VI – estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e os regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VII – promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e dos benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na Faculdade;

VIII – incentivar o desenvolvimento da consciência ecológica para as questões do cuidado com a sobrevivência do planeta.

TÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

CAPÍTULO I

DOS ÓRGÃOS

Art. 3º. A Faculdade, para os efeitos de sua administração, compreende:

I - órgãos deliberativos e normativos:

- a) Conselho Superior;
- b) Colegiados de Curso;

II - órgãos executivos:

- a) Diretoria-Geral;
- b) Coordenadorias de Curso;
- c) Coordenadorias de Áreas Acadêmicas e de Áreas Administrativas;

- d) Coordenadoria do Instituto Superior de Educação (ISE);
III - Órgãos de apoio acadêmico-administrativo.

CAPÍTULO II DO CONSELHO SUPERIOR

Art.4º. O Conselho Superior (CONSU), foro soberano de natureza deliberativa, normativa, consultiva e última instância recursal, compõem-se dos seguintes membros:

- I – o diretor-geral da Faculdade, que o preside;
- II – os coordenadores de curso;
- III – o coordenador do ISE;
- IV – os coordenadores de áreas acadêmicas e áreas administrativas;
- V – dois representantes do corpo docente com mandato de dois anos, admitida a recondução;
- VI – um representante do corpo discente, com mandato de um ano;
- VII – um representante do corpo técnico-administrativo com mandato de dois anos, admitida a recondução;
- VIII – um representante da UNIBR.

Parágrafo único. Os membros do CONSU, referidos nos incisos V e VI são eleitos por seus pares, do inciso VII indicado pela direção geral, e inciso VIII designado pela UNIBR.

Art. 5º. Compete ao CONSU:

- I – exercer a jurisdição superior e determinar as políticas e diretrizes de ensino, pesquisa e extensão de conformidade com os objetivos e normas emanadas do sistema federal de ensino, da UNIBR e definidas neste Regimento;
- II – aprovar, na sua instância, o Regimento da Faculdade e suas alterações, por deliberação de no mínimo 2/3 (dois terços) dos membros presentes à sessão em que a matéria seja apreciada e votada;
- III – referendar o plano de atividades e a proposta de orçamento anual da Faculdade, bem assim os acordos e convênios propostos pela UNIBR com entidades nacionais ou estrangeiras que envolvam o interesse institucional.
- IV – deliberar sobre a criação, modificação, suspensão ou extinção de cursos superiores, fixando-lhes as vagas, as matrizes curriculares e questões sobre sua aplicabilidade, na forma da lei e deste Regimento;
- V – fixar normas gerais e complementares às deste Regimento sobre processo seletivo de ingresso aos cursos superiores, currículos, planos de ensino, programas de pesquisa e extensão, matrículas, transferências, adaptações, aproveitamento de estudos, avaliação discente e de curso, planos de estudos especiais e outros que se incluam no âmbito de suas competências;
- VI – estimular e supervisionar o processo da avaliação institucional da Faculdade;
- VII – decidir sobre a concessão de títulos honoríficos e benemerência e sobre a instituição de símbolos e marcas para o uso de sua comunidade acadêmica;
- VIII – deliberar sobre providências destinadas a prevenir ou corrigir atos de indisciplina coletiva e individual;
- IX – aprovar os ordenamentos institucionais dos demais órgãos da Faculdade;
- X – deliberar em primeira instância ou em grau de recurso sobre representações ou recursos que lhe forem encaminhados;
- XI – decidir sobre os recursos interpostos de decisões dos demais órgãos, em matéria didático-científica e disciplinar;
- XII – apreciar atos do diretor geral praticados “ad referendum” deste colegiado;
- XIII – exercer outras atribuições que lhe forem previstas em lei e neste Regimento.

CAPÍTULO III DA DIRETORIA-GERAL

Art. 6º. A Diretoria-Geral, órgão executivo superior de administração, organização, supervisão, avaliação e controle de todas as atividades da Faculdade, é exercida pelo diretor-geral, assistido pelos coordenadores.

§1º. Em suas ausências e impedimentos, o diretor-geral designa seu substituto.

§2º. O diretor-geral é de livre escolha e designação da UNIBR, com mandato de quatro anos, podendo ser reconduzido.

Art.7º. A Diretoria-Geral tem sua organização e funcionamento definidos em regimento próprio, baixado pelo diretor-geral, ouvidos os órgãos deliberativos da Faculdade e a UNIBR.

Art. 8º. São atribuições do diretor-geral:

I – organizar e dirigir a Faculdade, com abertura à colaboração dos segmentos da comunidade acadêmica e dos parceiros externos;

II – representar a Faculdade, interna e externamente, em juízo ou fora dele, no âmbito de suas atribuições;

III – convocar e presidir as reuniões do CONSU;

IV – promover a elaboração do plano anual e do relatório de atividades da Faculdade e encaminhá-los à aprovação do CONSU;

V – elaborar a proposta orçamentária da Faculdade e submetê-la à apreciação do CONSU, para posterior homologação pela UNIBR;

VI - decidir sobre os pedidos e trancamentos de matrícula e de transferência de alunos;

VII – conferir grau, assinar diplomas, títulos e certificados acadêmicos;

VIII - designar os membros dos Colegiados de Curso;

IX – propor à UNIBR a contratação e a dispensa de pessoal docente e técnico-administrativo;

X – constituir comissões e grupos de trabalho com finalidades específicas para implementação das políticas educacionais da Faculdade;

XI – promover as medidas e providências necessárias à autorização, ao reconhecimento e à renovação de reconhecimento dos cursos, bem como as relativas ao recredenciamento da Faculdade;

XII - promover a avaliação institucional e pedagógica dos cursos;

XIII – exercer o poder disciplinar na jurisdição da Faculdade e zelar pela manutenção da ordem em suas dependências, respondendo por abuso ou omissão;

XIV – propor ao CONSU a concessão de títulos honoríficos ou de benemerência;

XV – praticar os demais atos que decorram, implícita ou explicitamente, das atribuições previstas em lei, neste Regimento e em ordenamentos complementares internos da Faculdade;

XVI – resolver os casos omissos neste Regimento *ad referendum* do CONSU.

CAPITULO IV DAS COORDENADORIAS E DOS COLEGIADOS DE CURSO SEÇÃO I DAS COORDENADORIAS

Art. 9º. As Coordenadorias são órgãos executivos de orientação, coordenação e supervisão das atividades acadêmicas e administrativas em seu âmbito de atuação.

§1º. Para atendimento a necessidades específicas decorrentes do funcionamento e expansão das atividades de ensino, pesquisa e extensão, a Faculdade pode instituir Coordenadorias de Áreas Acadêmicas e de Áreas Administrativas, por deliberação do CONSU, à vista de proposta fundamentada da Diretoria-Geral.

§2º. A estrutura, organização e as atribuições das coordenações a que se refere o parágrafo anterior são disciplinadas em regulamento da Diretoria-Geral.

Art. 10. As Coordenadorias de Curso, órgãos de administração imediata dos cursos, são exercidas por coordenadores de curso designados pelo diretor-geral.

Art. 11. Compete aos coordenadores de cursos:

I – exercer a coordenação das atividades didáticas e o planejamento do curso, assegurando coerência entre a prática educacional e as diretrizes didático-pedagógicas fixadas pelo Colegiado de Curso;

II – implementar o projeto pedagógico do curso e propor sua revisão e atualização em face das necessidades de mudança, compatibilização e aperfeiçoamento;

III – supervisionar a elaboração e o cumprimento dos planos de ensino das disciplinas, buscando assegurar articulação, consistência e atualização dos mesmos;

VI - acompanhar a observância do regime escolar, o cumprimento dos programas e planos de ensino, bem como a execução dos demais projetos da Coordenadoria de Curso;

V – acompanhar e orientar os programas de estágio e monitoria no âmbito do curso;

VI – propor à Diretoria-Geral nomes de alunos para participação em atividades de monitoria;

VII – pronunciar-se sobre pedidos de transferência, reingresso, reabertura de matrícula, aproveitamento de estudos e adaptação curricular;

VIII – propor a admissão, promoção, afastamento e dispensa de pessoal docente sob sua coordenação;

IX – adotar as medidas recomendadas para implementar o processo de avaliação dos cursos, de acordo com as orientações emanadas da Comissão Própria de Avaliação (CPA);

X – acompanhar projetos e eventos de extensão da área do curso;

XI – relacionar-se com organizações da sociedade, com vistas à atualização e flexibilização dos currículos às condições socioeconômicas, culturais e de mercado;

XII – coordenar a organização de eventos no âmbito do curso e manter articulação com os demais órgãos acadêmicos visando à promoção de atividades interdisciplinares, culturais e científicas;

XIII - dar assistência aos alunos nas suas dificuldades de aprendizagem;

XIV – convocar e presidir reuniões do Colegiado do Curso e do Núcleo Docente Estruturante (NDE);

XV– decidir sobre matéria de urgência *ad referendum* do Colegiado de Curso;

XVI – exercer as demais atribuições que lhe sejam previstas neste Regimento e aquelas que lhe forem atribuídas pelo diretor-geral.

Parágrafo único. Os coordenadores são nomeados para mandato de dois anos, permitida a recondução.

SEÇÃO II DOS COLEGIADOS DE CURSO

Art.12. Os Colegiados de Curso, com funções consultivas e de orientação pedagógica no que respeita aos respectivos cursos, compõem-se dos seguintes membros:

I – o coordenador do curso respectivo, que preside o colegiado;

II – o corpo docente do curso;

III – um representante do corpo discente do curso, matriculado e frequente, indicado entre os alunos representantes de turma, com mandato de um ano, permitida a recondução.

Parágrafo único. Em suas faltas ou impedimentos, o coordenador de curso é substituído por professor do próprio curso que o diretor-geral designar.

Art.13. Aos Colegiados de Curso compete:

- I – formular as diretrizes didático-pedagógicas dos respectivos cursos;
- II – apreciar propostas de reformulação dos projetos de pedagógicos dos cursos;
- III – acompanhar a avaliação do curso realizada pela CPA;
- IV – aprovar, no âmbito de sua competência, regulamentos e normas de execução de programas de estágios e monitoria, em conformidade com as políticas e diretrizes superiores;
- V – apreciar projetos de ensino, pesquisa e extensão que lhe forem apresentados, e acompanhá-los, direta ou indiretamente, depois de aprovados;
- VI – apreciar programas de produção acadêmica e de iniciação científica inerentes às áreas de conhecimento do curso;
- VII – propor medidas para desenvolvimento e aperfeiçoamento de metodologias próprias ao processo de ensino-aprendizagem;
- VIII – propor a admissão de monitor e bolsistas de iniciação científica, obedecidas as normas regimentais, e indicar as carências na área;
- IX – deliberar, em primeira instância, sobre questões referentes à matrícula, transferência, às representações de professores e alunos e aos recursos interpostos sobre matérias de ordem acadêmica e disciplinar;
- X – pronunciar-se, em grau de recurso, sobre aproveitamento de estudos e adaptações curriculares, assim como sobre a aceleração e recuperação de estudos;
- XI – opinar, quando consultado, sobre admissão, promoção e afastamento dos docentes do curso;
- XII – deliberar sobre a organização e o funcionamento dos laboratórios e o uso de outros recursos didáticos destinados aos respectivos cursos;
- XIII – exercer outras atribuições na esfera de sua competência ou que lhe forem atribuídas.

Art.14. Os Colegiados de Curso reúnem-se, ordinariamente, pelo menos duas vezes por semestre, em datas fixadas no calendário acadêmico da Faculdade e, extraordinariamente, quando convocado pelo coordenador de curso, ou a requerimento de 2/3 (dois terços) de seus membros, devendo constar da convocação o horário, o local e a pauta da reunião.

CAPÍTULO V DO INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO

Art.15. O Instituto Superior de Educação (ISE) é órgão da estrutura da Faculdade com a finalidade de superintender a execução dos programas de formação, desenvolvimento e atualização docente para a educação infantil e o ensino básico, os quais podem incluir:

- a) curso normal superior, para licenciatura de profissionais de educação infantil e de ensino fundamental;
- b) cursos de licenciatura, destinados à formação de docentes dos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio;
- c) programas de educação continuada, destinados à atualização de profissionais da educação básica nos diversos níveis;
- d) programas especiais de formação pedagógica, destinados aos portadores de diploma de nível superior que desejem ensinar nos anos finais do ensino fundamental ou do ensino médio, em áreas de conhecimento ou disciplinas de sua especialidade;
- e) formação pós-graduada, de caráter profissional, voltada para a atuação na educação básica.

§1º. Sempre que a execução dos programas o requerer, pode o diretor-geral da Faculdade, à vista de proposta fundamentada do coordenador do ISE, instituir unidades organizacionais para a gestão de seus programas específicos.

§2º. Em suas ausências e impedimentos, o coordenador do ISE é substituído por coordenador de curso de licenciatura, indicado pelo diretor-geral.

Art.16. São atribuições do coordenador do ISE:

I – planejar, organizar e supervisionar a realização dos cursos e programas da área de competência do órgão;

II – por intermédio do diretor-geral, encaminhar à deliberação do CONSU propostas de programas de ensino, pesquisa e extensão;

III - manter articulação permanente entre os coordenadores de curso objetivando a interdisciplinaridade e a multidisciplinaridade;

IV – acompanhar o desempenho docente e o desenvolvimento das atividades de ensino;

V – participar efetivamente do processo de avaliação institucional do ISE;

VI - zelar pela fiel observância da legislação do ensino, deste Regimento e das normas complementares emanadas dos órgãos superiores;

VII - representar o ISE, interna e externamente, observada a área de competência do ISE;

VIII - praticar outros atos que decorram implicitamente de suas atribuições.

CAPÍTULO VI DOS ÓRGÃOS DE APOIO E COMPLEMENTARES

Art.17. Os órgãos de apoio acadêmico-administrativo integram a estrutura organizacional da Diretoria-Geral.

Parágrafo único. Os órgãos de apoio às atividades acadêmico-administrativas compreendem a Secretaria Geral, a Biblioteca, os Laboratórios Multifuncionais, além de outros que venham a ser criados por ato da Diretoria-Geral.

SEÇÃO I DA SECRETARIA GERAL

Art. 18. A Secretaria Geral é o órgão central do sistema de assentamentos acadêmicos da Faculdade, congregando e unificando os registros dos atos e fatos dos corpos docente e discente decorrentes dos cursos ministrados.

Parágrafo único. A Secretaria Geral é dirigida por um secretário geral, sob a orientação do diretor-geral, tendo sob sua guarda os livros de escrituração escolar, arquivos, prontuários dos alunos e demais assentamentos previstos neste Regimento e pela legislação vigente.

Art.19. Compete ao secretário geral:

I – chefiar a Secretaria Geral, fazendo a distribuição equitativa dos trabalhos aos seus auxiliares para o bom andamento dos serviços;

II - responder pelo assentamento e controle geral dos documentos próprios dos cursos, de modo que se atenda, prontamente, a pedidos de informação ou esclarecimentos de interessados ou da própria comunidade acadêmica;

III - secretariar as reuniões do CONSU, lavrando as respectivas atas;

IV - abrir e encerrar os termos referentes a todos os atos acadêmicos, submetendo-os à assinatura do diretor-geral;

V - organizar os dados estatísticos e os documentos necessários aos relatórios dos órgãos executivos da Faculdade;

VI - acatar, cumprir e fazer cumprir as determinações dos órgãos deliberativos e executivos da Faculdade;

VII - convocar, com base no edital próprio, os candidatos classificados no processo seletivo de admissão aos cursos da Faculdade;

VIII - coordenar os trabalhos de expedição de diplomas de cursos de graduação e de pós-graduação, encaminhando-os para registro pelos órgãos competentes;

IX - manter atualizada a coleção de leis, regulamentos, regimentos, instruções, despachos, ordens de serviços e os livros de escrituração;

- X - elaborar plano de trabalho da Secretaria Geral;
- XI - responder pela guarda e inviolabilidade dos documentos e arquivos acadêmicos;
- XII - assinar diplomas e certificados com o diretor-geral;
- XIII - exercer as demais atribuições que lhe forem confiadas.

SEÇÃO II DA BIBLIOTECA

Art.20. A Biblioteca, órgão de apoio acadêmico diretamente vinculado á Diretoria-Geral, funciona sob a responsabilidade técnica de profissional habilitado.

Art.21. A Biblioteca tem o objetivo de funcionar como centro dinâmico de prestação de serviços de informação aos usuários, apoiando-se na realização de pesquisas e levantamentos bibliográficos, bem como o de promover e divulgar atividades artísticas e culturais.

Parágrafo único. A organização, as políticas e o funcionamento da Biblioteca são definidos em regulamento próprio, aprovado pelo diretor-geral.

Art. 22. Cabe ao responsável pela Biblioteca, entre outras funções:

- I - organizar, avaliar e implementar melhorias nos serviços administrativos e gerais;
- II - responder pela guarda e conservação do acervo;
- III - proceder à cotação e aquisição de acervo mediante aprovação do diretor-geral;
- IV - atender ao público quanto a consultas, empréstimos, levantamentos bibliográficos e pesquisas;
- V - proceder ao registro, classificação, catalogação e controle de livros, publicações, periódicos, acervo de vídeos e CDs e demais documentos técnicos de interesse da Faculdade e emissão dos respectivos relatórios;
- VI - colocar à disposição dos docentes material informativo sobre publicações atualizadas nas áreas dos cursos;
- VII - transformar a Biblioteca em espaço de divulgação cultural da Faculdade e da comunidade, efetivando melhorias contínuas e atualização permanente do processo de informatização;
- VIII - efetivar intercâmbio com outras bibliotecas e centros de documentação propondo parcerias, com aprovação do diretor-geral;
- IX - elaborar planos de trabalho da Biblioteca, submetendo-os a aprovação da Diretoria-Geral;
- X - auxiliar na cotação e aquisição de acervo;
- XI - desempenhar demais atribuições correlatas e outras que lhe sejam previstas e determinadas neste Regimento.

SEÇÃO III DOS DEMAIS ÓRGÃOS DE APOIO

Art.23. A estrutura, a organização e as atribuições dos demais órgãos de apoio acadêmico-administrativo de que trata o parágrafo único do art. 17 são disciplinadas em regulamento da Diretoria-Geral.

TITULO III DAS ATIVIDADES ACADÊMICAS CAPÍTULO I DOS CURSOS

Art.24. A Faculdade ministra cursos de graduação, bacharelado, licenciatura e graduação tecnológica, cursos sequenciais, de pós-graduação, especialização, aperfeiçoamento e

de extensão, presenciais e à distância, observando as diretrizes curriculares e a legislação em vigor.

Art. 25. Os cursos de graduação são abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e que obtenham classificação em processo seletivo e destinam-se à formação profissional de nível superior.

Art. 26. Os cursos de pós-graduação em nível de especialização e aperfeiçoamento são abertos aos portadores de diplomas registrados de graduação e têm por objetivo o domínio científico ou técnico de uma área limitada do saber.

Art.27. Os cursos de extensão, abertos aos portadores dos requisitos definidos para acesso a cada curso particular, objetivam divulgar conhecimentos e técnicas, concorrendo para a atualização e o aperfeiçoamento cultural da comunidade.

Art. 28. Os cursos sequenciais, instituídos por campo do saber, de diferentes níveis de abrangência, são abertos a candidatos que atendam aos requisitos exigidos.

Art. 29. A Faculdade pode organizar outros cursos ou programas, de duração plena ou de curta duração, presenciais ou a distância observada à legislação em vigor, para atender às exigências de sua programação específica ou necessidades do mercado de trabalho e interesses da sociedade, desde que previamente autorizados pelos órgãos competentes.

Art.30. A programação e regulamentação dos cursos de pós-graduação *lato sensu* são aprovadas pelo CONSU, com base em projetos específicos, observadas as diretrizes da política nacional de pós-graduação estabelecida pelos órgãos competentes.

Art. 31. Os programas de pós-graduação podem ser mantidos exclusivamente pela Faculdade ou mediante convênios firmados com outras instituições, públicas ou particulares.

Art. 32. A Faculdade reserva-se o direito de não oferecer cursos e habilitações quando o número de candidatos não corresponder às diretrizes econômicas, administrativas ou pedagógicas estabelecidas pela UNIBR em seu planejamento anual.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO DIDÁTICA

SEÇÃO I

DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO

Art.33. O currículo de cada curso de graduação compreende uma sequência ordenada de disciplinas, atividades complementares e práticas profissionais, cuja integralização pelo aluno dá-lhe o direito à obtenção do grau acadêmico e correspondente diploma.

Parágrafo único. Os currículos dos cursos de graduação, bacharelado, licenciatura e graduação tecnológica atendem aos requisitos das Diretrizes Curriculares Nacionais e ao estabelecido nos respectivos projetos pedagógicos.

Art.34. Entende-se por disciplina um conjunto homogêneo e delimitado de conhecimentos ou técnicas correspondentes a um programa de estudos e atividades, que se desenvolve em determinado número de horas de aula ao longo de cada período letivo.

§1º. O programa de cada disciplina, sob a forma de Plano de Ensino, é elaborado pelo respectivo professor e aprovado pelo Colegiado de Curso.

§2º. É obrigatório o cumprimento integral do conteúdo e carga horária estabelecidos no Plano de Ensino de cada disciplina.

Art.35. A integralização curricular é feita pelo sistema seriado semestral.

Art. 36. A Faculdade informa aos interessados, antes do início de cada período letivo, os programas dos cursos e demais componentes curriculares, sua duração, os requisitos, os quadros docentes com suas qualificações, os recursos disponíveis, o sistema de avaliação e outras informações, amplamente divulgados na comunidade acadêmica por meio impresso ou eletrônico, integrando o catálogo de cursos, obrigando-se a cumprir as respectivas condições.

Art. 37. Obedecidas às disposições legais próprias, a Faculdade procede, regularmente, à avaliação de cursos e do desempenho discente.

CAPÍTULO III DA PESQUISA E DA INICIAÇÃO CIENTÍFICA

Art.38. A Faculdade estimula, incentiva e apoia a pesquisa e a iniciação científica diretamente ou por meio da concessão de auxílio para a execução de projetos científicos, bolsas especiais, formação de pessoal pós-graduado, promoção de eventos científicos, intercâmbio com outras instituições, divulgações dos resultados das pesquisas realizadas e outros meios a seu alcance.

Parágrafo único. A coordenação dos projetos de pesquisa e de iniciação científica é definida pelo diretor-geral.

Art.39. Cabe ao CONSU, por proposta do diretor-geral, dispor sobre as atividades de iniciação científica e de pesquisa nos aspectos relativos à sua organização, administração, financiamento e funcionamento, assim como os relacionados à sua avaliação e divulgação.

CAPÍTULO IV DAS ATIVIDADES DE EXTENSÃO

Art. 40. A Faculdade mantém atividades de extensão cultural, mediante a prestação de serviços à comunidade, relacionadas às atividades de ensino e pesquisa, das quais são indissociáveis.

Parágrafo único. As atividades de extensão estão afetas ao órgão que as executam, sendo realizadas sob a forma de:

- I – atendimento à comunidade, diretamente ou por meio de instituições públicas ou privadas;
- II – participação em iniciativas de natureza cultural, artística e científica;
- III – promoção de atividades artísticas, culturais e desportivas.
- IV – cursos vinculados aos projetos e linhas de iniciação científica definidos no projeto pedagógico institucional.

Art.41. Cabe ao CONSU, por proposta do diretor-geral, dispor sobre as atividades de extensão nos aspectos relativos à organização, administração, financiamento e funcionamento, assim como os relacionados à avaliação e divulgação.

CAPÍTULO V DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Art.42. A avaliação institucional contempla a análise global e integrada das dimensões: estruturas, relações, compromisso social, atividades, finalidades e responsabilidades sociais da

Faculdade, sendo realizada com a participação dos docentes, dos discentes e do pessoal técnico-administrativo, bem como da sociedade civil organizada, sob a coordenação da Comissão Própria de Avaliação (CPA).

§1º. Compete à CPA, constituída por representantes da comunidade acadêmica interna e da sociedade civil organizada, coordenar a condução dos processos de avaliação internos da Faculdade, de sistematização e prestação de informações solicitadas.

§2º. A CPA atua com autonomia em relação aos órgãos colegiados da Faculdade.

§3º. A natureza, as atribuições, a estrutura organizacional, o funcionamento e demais disposições do processo de avaliação institucional constam de regulamento próprio, proposto pela Diretoria-Geral e aprovado pelo CONSU observada as diretrizes e normas emanadas dos órgãos responsáveis.

TÍTULO IV DO REGIME ACADÊMICO CAPÍTULO I DO ANO LETIVO

Art.43. O ano letivo, independente do ano civil, abrange no mínimo duzentos dias distribuído em dois períodos letivos regulares, cada um com cem dias de atividades acadêmicas efetivas, não computados os dias reservados a provas e exames finais.

§1º. É obrigatória a frequência de alunos e professores nos cursos de natureza presencial, para cumprimento da carga horária e dos dias letivos estabelecidos.

§2º. O período letivo prolongar-se-á sempre que necessário, para que se completem os dias letivos previstos, bem como para o integral cumprimento do conteúdo e da carga horária estabelecidos nos planos de ensino dos componentes curriculares nele ministrados.

§3º. Entre os períodos letivos são executados programas de ensino extracurriculares, de pesquisa e extensão visando à utilização dos recursos materiais e humanos disponíveis, respeitadas as condições didático-pedagógicas previstas neste Regimento.

Art.44. As atividades letivas e acadêmicas da Faculdade são programadas e divulgadas aos interessados, antes de cada período letivo, em Calendário, no Manual do Aluno e por outros meios, dos quais constem as datas de início e encerramento dos períodos letivos, de matrícula, o período de exames, bem como informações sobre os programas dos cursos e demais componentes curriculares, sua duração, requisitos, qualificação dos professores, recursos disponíveis e critérios de avaliação, obrigando-se a cumprir as respectivas condições.

§1º. O calendário acadêmico pode incluir períodos de estudos e atividades intensivas ou complementares, destinados ao cumprimento de dependências e adaptações.

§2º. O diretor-geral pode alterar a programação das atividades acadêmicas de que trata o *caput* do artigo, *ad referendum* do CONSU, sempre que o interesse do ensino e da administração acadêmica assim exigir, submetendo as alterações à deliberação do CONSU, no prazo máximo de trinta dias.

Art. 45. Aos alunos é facultada a solicitação de Regime Especial com aplicação de exercícios domiciliares, conforme a legislação em vigor e as normas aprovadas pelo CONSU.

CAPÍTULO II DOS PROCESSOS SELETIVOS DE ADMISSÃO

Art. 46. O ingresso nos cursos ministrados pela Faculdade realiza-se mediante processo seletivo, com vistas a verificar a capacidade para ingresso no ensino superior e o preenchimento das vagas ofertadas em cada curso e turno de funcionamento, em tudo obedecida à legislação vigente e as normas definidas pelo CONSU.

Art. 47. O processo seletivo destina-se a avaliar a formação recebida pelos candidatos e a classificá-los dentro do limite das vagas oferecidas, em tudo obedecida a legislação vigente e as normas definidas pelo CONSU.

Parágrafo único. As inscrições para o processo seletivo são abertas por Edital, do qual constam os cursos e as habilitações oferecidos com as respectivas vagas, os prazos de inscrições, a documentação exigida para a inscrição, a relação das provas, os critérios de classificação e demais informações úteis.

Art.48. Os resultados obtidos pelos candidatos no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) também podem ser utilizados no processo seletivo, desde que assim seja definido pelo CONSU.

Art. 49. A classificação se faz pela ordem decrescente dos resultados obtidos com o limite de vagas fixado, excluídos os candidatos que não obtiverem os níveis mínimos estabelecidos no Edital.

§ 1º. A classificação obtida é válida para a matrícula no período estabelecido no edital para o qual se realiza o processo seletivo, tornando-se nulos seus efeitos se o candidato classificado deixar de requerê-la ou, em o fazendo, não apresentar a documentação regimental completa, dentro dos prazos fixados.

§2º. A Faculdade poderá adotar formas diversificadas de processos seletivos, segundo a natureza dos cursos oferecidos e das vagas a serem preenchidas.

§3º. Na hipótese de restarem vagas não preenchidas, poderá realizar-se novo processo seletivo, ou ainda restando vagas nelas poderão ser recebidos portadores de diploma de graduação e alunos transferidos de outro curso ou instituição.

CAPÍTULO III DA MATRÍCULA

Art. 50. A matrícula, ato formal de ingresso no curso e vinculação à Faculdade, realiza-se na Secretaria Geral, em prazos estabelecidos no calendário acadêmico, instruído com a documentação legal exigida e a requerida pela Faculdade.

Parágrafo único. A formalização da matrícula se faz mediante a assinatura do contrato de prestação de serviços educacionais.

Art. 51. O candidato classificado que não se matricular dentro do prazo estabelecido e não apresentar os documentos exigidos perde o direito à matrícula e ao vínculo institucional.

§1º. Nenhuma justificativa exime o candidato da apresentação, no prazo devido, dos documentos exigidos para a matrícula.

§2º. O eventual pagamento de encargos educacionais não dá direito à matrícula, caso o candidato não apresente os documentos previstos no edital.

§3º. A matrícula é cancelada se o aluno utilizar documento falso para efetuar-la.

Art. 52. A cada semestre letivo e dentro dos prazos estabelecidos no calendário acadêmico, o aluno deve, obrigatoriamente, renovar a matrícula.

§1º. A não renovação da matrícula, no prazo previsto, implica abandono da Faculdade, de maneira automática e independentemente de aviso ou notificação, sendo assegurado à UNIBR o direito de cobrança do que lhe for devido pelo aluno.

§2º. A renovação de matrícula é instruída com os comprovantes de pagamento dos encargos educacionais e de quitação de parcelas referentes ao período letivo anterior.

Art. 53. É facultado ao aluno que houver cursado pelo menos um período letivo interromper temporariamente os estudos, mediante trancamento de matrícula, com a manutenção

do vínculo acadêmico com a Faculdade e o direito de renovação de matrícula, desde que o período de trancamento não exceda o período mínimo previsto para a integralização do curso.

§ 1º. O trancamento da matrícula é concedido por tempo expressamente estipulado no ato de concessão, observando-se a duração máxima estabelecida no *caput* do presente artigo.

§2º. Findo o prazo de trancamento, o aluno deve renovar a matrícula para o período letivo seguinte no prazo estabelecido no calendário acadêmico, sob pena de ser desvinculado da Faculdade.

§3º. Não são concedidos trancamentos, consecutivos ou não, que, em seu conjunto, ultrapassem o tempo previsto no *caput* deste artigo.

§4º. Ao retornar aos estudos, o aluno sujeitar-se-á a fazer as adaptações curriculares decorrentes das mudanças que tenham ocorrido na matriz curricular de seu curso durante o período de duração do trancamento.

§5º. O trancamento interrompe as obrigações financeiras do aluno para com a UNIBR a partir do mês seguinte ao vincendo.

Art. 54. Quando da ocorrência de vagas, a Faculdade pode abrir matrícula nas disciplinas de seus cursos a alunos não regulares que demonstrem capacidade de cursá-las com proveito, mediante processo seletivo, sempre que o número de interessados for maior que o de vagas.

Parágrafo único. Obtida a aprovação na respectiva disciplina, esta fará parte do histórico escolar do aluno, podendo os estudos realizados ser objeto de aproveitamento, segundo as disposições do presente Regimento.

Art. 55. Os prazos mínimos e máximos de integralização dos cursos de graduação da Faculdade são fixados nos respectivos projetos pedagógicos, nos termos da legislação.

Parágrafo único. No caso de não integralização do curso no prazo previsto, por motivo de força maior, devidamente comprovado, o aluno pode, a critério do Colegiado de Curso, requerer no semestre letivo dilação do prazo, em conformidade com a legislação vigente.

Art.56. Em qualquer época e mediante requerimento expresso, será concedido o cancelamento de matrícula de aluno regularmente matriculado, gerando este ato o rompimento definitivo do vínculo acadêmico do discente com a Faculdade e com o curso em que estiver matriculado, condicionado o deferimento do pedido à comprovação, pelo aluno, de quitação com todas as obrigações financeiras assumidas para com a UNIBR, até o mês do requerimento, inclusive este, independentemente da data do vencimento da parcela do referido mês.

CAPITULO IV DA TRANSFERÊNCIA E DO APROVEITAMENTO DE ESTUDOS

Art.57. É concedida matrícula ao aluno transferido de curso superior de instituição congênere, nacional ou estrangeira, mediante processo seletivo, a não ser nos casos previstos na legislação, na estrita conformidade das vagas existentes e da legislação vigente, desde que requerida no prazo fixado.

§1º. A transferência *ex-officio* se efetiva na forma da lei, entre instituições vinculadas a qualquer dos sistemas de ensino, independente da existência de vaga, quando se tratar de aluno servidor público federal civil ou militar, ou de seu dependente, se requerida em razão de comprovada remoção ou transferência de ofício, que acarrete mudança de domicílio para o município, ou para localidade vizinha a ele.

§2º. O requerimento de matrícula por transferência é instruído com o histórico escolar do curso de origem, programas e as cargas horárias das disciplinas nele cursados com aprovação, e o documento de vínculo acadêmico com a instituição de origem devidamente autenticado.

Art.58. O aluno transferido sujeitar-se-á às adaptações curriculares que se fizerem necessárias, aproveitados os estudos realizados com aprovação no curso de origem.

Parágrafo único. As normas de aproveitamento de estudos e adaptação curricular são definidas em regulamento próprio, aprovado pelo CONSU.

Art.59. Em qualquer período do curso, a requerimento do interessado, a Faculdade concede transferência a aluno nele matriculado.

Art.60. Aplicam-se à matrícula dos diplomados e de alunos provenientes de outros cursos de graduação de instituições congêneres as normas referentes às transferências.

Art. 61. O aluno desistente, que tenha deixado de renovar a matrícula no prazo não superior a dois semestres letivos, pode requerer retorno aos estudos e dar continuidade ao curso que tenha interrompido.

§1º. O retorno de que trata o *caput* pressupõe a existência de vaga, submetendo-se o interessado a processo seletivo se o número de interessados superar o de vagas.

§2º. Ao aluno que retornar aos estudos nos termos deste artigo, aplica-se o currículo em vigor à época de seu reingresso.

CAPÍTULO V DA AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DISCENTE

Art. 62. O desempenho do aluno é avaliado por disciplina, mediante seu acompanhamento contínuo ao longo do período letivo, e incide sobre o aproveitamento nos estudos e a frequência às aulas e demais atividades curriculares obrigatórias.

Parágrafo único. O aluno que obtiver extraordinário aproveitamento nos estudos, demonstrado por meio de provas e outros instrumentos de avaliação específica, aplicados por banca examinadora especial, poderá ter abreviada a duração do curso de acordo com as normas do sistema de ensino.

Art. 63. Como disposto na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, art. 47, §3º, a frequência às aulas é obrigatória, salvo nos casos previstos na legislação pertinente.

§1º. Independentemente dos demais resultados obtidos, considera-se reprovado o aluno que, na disciplina, não tenha a frequência mínima de setenta e cinco por cento às aulas efetivamente ministradas e às outras atividades de frequência obrigatória.

§2º. A verificação e o registro de frequência são da responsabilidade do professor e seu controle, para efeito do parágrafo anterior, cabe à Secretaria Geral.

Art. 64. O aproveitamento escolar é avaliado através de acompanhamento contínuo do aluno e dos resultados por ele obtidos nos exercícios escolares, e no exame final.

§1º A verificação do rendimento escolar é realizada por meio de avaliações de pesquisa, arguições, trabalhos teóricos e práticos, estágios supervisionados, provas escritas e orais, bem como quaisquer outros instrumentos de avaliação, usados pelo professor, uma vez previstos nos planos de ensino.

§2º Compete ao professor da disciplina elaborar os instrumentos de avaliação de aproveitamento escolar e julgar os resultados apresentados pelos discentes.

§3º Em se tratando de exame final, os casos excepcionais ficam sujeitos a análises, pareceres e decisões dos Colegiados de cada curso e anuência da Diretoria Geral.

Art. 65. As atividades avaliativas visam à avaliação progressiva do aproveitamento do aluno e constam obrigatoriamente de, no mínimo, 1 (uma) atividade escrita ou oral, individual ou em grupo, teórico ou prático, seminário ou estudo de caso, na forma estabelecida no plano de ensino da disciplina.

§1º O exame final realizado no fim de cada semestre letivo visa à avaliação da capacidade do domínio do conjunto da disciplina e consta de prova escrita.

§2º As notas serão graduadas de 0 (zero) a 10 (dez) pontos, admitido o fracionamento em uma casa decimal após a vírgula, de 0,5 (meio) em 0,5 (meio) ponto.

Art. 66. A nota final do aluno em cada disciplina, verificado ao término do período letivo, será a somatória das notas de verificação de aproveitamento e a nota do exame final.

Art. 67. Atribui-se a nota zero (0) ao aluno que valer-se de meios ilícitos ou não autorizados pelo professor na resolução de provas e exercícios e na elaboração de quaisquer outros trabalhos destinados à avaliação de desempenho do aluno.

Art. 68. Conceder-se-á segunda chamada para a prova de verificação de aproveitamento não realizada pelo discente, quando requerida nas 72 (setenta e duas) horas que se seguirem à realização daquela, uma vez justificada a ausência.

Art. 69. Efetuadas as provas, é assegurado ao aluno o direito à revisão das mesmas, devendo para tanto, apresentar requerimento junto à Secretaria Geral, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, a partir da divulgação das notas.

Parágrafo único. A revisão é realizada pelo professor responsável pela disciplina, ou, na sua ausência, por professor da mesma disciplina indicado pelo Diretor Geral ou Coordenador de Curso, na presença do aluno. O não comparecimento do aluno, sem motivo justificado, na data estabelecida, implica a manutenção do resultado, vedado o requerimento de novo pedido de revisão.

Art. 70. Atendida em qualquer caso a frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) e demais atividades escolares, é aprovado:

- I – independentemente do exame final, o aluno que obtiver nota de aproveitamento não inferior a 6 (seis), correspondente a somatória das notas dos exercícios escolares; ou
- II – mediante exame final o aluno que, tendo obtido nota de aproveitamento inferior a 6 (seis), porém não inferior a 3 (três), obtiver nota final não inferior a 5 (cinco) correspondente a média aritmética entre a nota de aproveitamento e a nota de exame final.

Art. 71. O aluno reprovado por não ter alcançado, seja a frequência, sejam as notas mínimas exigidas, repetirá a disciplina, sujeito, na repetência, às mesmas exigências de frequência e de aproveitamento estabelecida neste Regimento.

CAPÍTULO VI DA DEPENDÊNCIA

Art. 72. É promovido ao período letivo seguinte o aluno aprovado nas disciplinas do período cursado.

Art.73. Ao repetir o período letivo em que tenha sido reprovado, o aluno é dispensado de cursar novamente as disciplinas em que tenha logrado aprovação, sendo-lhe permitido matricular-se em disciplinas do período letivo seguinte, desde que seja observada a compatibilidade de horário entre as disciplinas e a carga horária do período.

Art. 74. Quando a dependência em duas disciplinas decorrer de insuficiência de nota e não de falta às aulas e atividades de frequência obrigatória, é facultado ao aluno cursá-las em regime especial, como estabelecido em normas aprovadas pelo CONSU.

CAPÍTULO VII DO REGIME ESPECIAL

Art. 75. É assegurado aos alunos amparados por normas legais o direito a tratamento especial, com dispensa de frequência regular, de conformidade com as regras e condições constantes deste Regimento.

Art. 76. A ausência às atividades escolares durante o regime especial, de que trata o artigo anterior, é compensada pela realização de trabalhos e exercícios domiciliares, com acompanhamento do professor da disciplina, observada a legislação pertinente.

Parágrafo único. Ao elaborar o plano de curso a que se refere este artigo, o professor leva em conta a sua duração de forma que sua execução não ultrapasse, em cada caso, o máximo admissível para a continuidade do processo psicopedagógico da aprendizagem neste regime.

Art. 77. Os requerimentos relativos ao regime especial, disciplinado neste Regimento, devem ser instruídos com laudo médico passado por profissional legalmente habilitado.

Parágrafo único. Cabe ao diretor-geral, ouvida a instância competente, a decisão sobre os pedidos de regime especial.

CAPÍTULO VIII DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Art.78. Os Estágios Supervisionados constam de atividades práticas pré-profissionais, exercidas em situações reais de trabalho, na forma prevista nos projetos pedagógicos dos respectivos cursos e de acordo com a programação estabelecida pela Coordenadoria de Curso.

Parágrafo único. É obrigatória a integralização da carga horária do estágio prevista curricularmente, para obtenção do grau respectivo, nela incluídas as horas destinadas ao planejamento, à orientação paralela e avaliação.

Art. 79 Os Estágios Supervisionados não estabelecem vínculo empregatício de qualquer natureza, podendo o estagiário receber bolsa de estágio, estar segurado contra acidentes e ter a cobertura previdenciária prevista na legislação específica.

Art.80. As atividades de estágio são coordenadas pelos respectivos coordenadores de curso e supervisionadas por docentes por eles indicados, após processo de seleção ou indicação do diretor-geral.

Parágrafo único. Observadas as normas gerais deste Regimento, os Estágios Supervisionados obedecem a regulamento próprio, elaborado pelos respectivos Colegiados de Cursos e submetido à aprovação do CONSU.

Art. 81. Para o curso que assim o exigir, o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) pode ser desenvolvido pelo aluno com base nas atividades do Estágio Supervisionado, conforme estabelecido em regulamento próprio.

TÍTULO V DA COMUNIDADE ACADÊMICA

Art.82. A comunidade acadêmica é constituída pelo corpo docente, discente e técnico-administrativo.

**CAPÍTULO I
DO CORPO DOCENTE
SEÇÃO I
DAS ATIVIDADES DOCENTES**

Art. 83. O corpo docente é constituído por todos os professores em exercício na Faculdade.

Art. 84. Os professores admitidos devem ser qualificados acadêmica e profissionalmente em sua área de atuação e com capacidade didático-pedagógica de reconhecida formação.

Art.85. Os professores são contratados pela UNIBR sob o regime das leis trabalhistas, por indicação do diretor-geral, observados os critérios deste Regimento, as normas estabelecidas pelo CONSU e o que dispuser o Plano de Carreira e Docente.

Parágrafo único. O Plano de Carreira Docente é submetido à aprovação da UNIBR pelo CONSU, estando nele definidos os requisitos de qualificação para admissão dos docentes e as condições de progressão na carreira, além de outros aspectos pertinentes.

Art. 86. A presença do professor às reuniões de natureza didático-científica, de qualquer órgão colegiado, e às atividades didático-pedagógicas inerentes aos cursos presenciais é obrigatória e inerente à sua função docente.

Art.87. São atribuições do professor:

I – participar da elaboração do projeto pedagógico institucional e do projeto pedagógico do curso em que atue;

II – elaborar o plano de ensino de sua disciplina, seguindo a proposta pedagógica da Faculdade e submetê-los, na época regulamentar, aos órgãos competentes;

III – orientar, dirigir e ministrar o ensino de sua disciplina, cumprindo-lhe integralmente o programa e a carga horária;

IV - organizar e aplicar os instrumentos de avaliação do aproveitamento escolar e avaliar os resultados obtidos pelos alunos;

V – estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento escolar;

VI – postar no sistema da Faculdade os planos de ensino, os conteúdos programáticos, a frequência e os resultados das avaliações do aproveitamento escolar, nos prazos fixados no calendário letivo;

VII – observar o regime acadêmico e disciplinar da Faculdade;

VIII – votar, podendo ser votado para representante de sua classe nos órgãos colegiados;

IX – participar das reuniões e dos trabalhos dos órgãos colegiados a que pertencer e de comissões para as quais for designado;

X – elaborar e executar projetos de pesquisa que propiciem a articulação da Faculdade com a comunidade;

XI – recorrer de decisões dos órgãos deliberativos e executivos;

XII – exercer as demais atribuições que lhe forem previstas neste Regimento ou delegadas por autoridade competente.

**CAPÍTULO II
DO CORPO DISCENTE
SEÇÃO I
DOS DIREITOS E DEVERES**

Art.88. Constitui o corpo discente da Faculdade os alunos regulares e os não-regulares, duas categorias que se diferenciam pela natureza dos cursos a que estão vinculados e que atendam às orientações da legislação específica.

§1º. Aluno regular é o aluno matriculado em cursos de graduação e pós-graduação.

§2º. O aluno não-regular é aquele inscrito em disciplinas isoladas, em cursos de extensão ou outros distintos dos mencionados no parágrafo anterior, nos termos das normas específicas aprovadas pelo CONSU.

Art. 89. São direitos e deveres dos membros do corpo discente:

I – frequentar as aulas e demais atividades curriculares, aplicando a máxima diligência no seu aproveitamento;

II – utilizar os serviços administrativos e técnicos oferecidos pela Faculdade de acordo com as normas próprias;

III - ser atendido pelos professores, coordenadores e diretores sempre que se fizer necessário, para esclarecimentos quanto aos procedimentos do processo de ensino-aprendizagem ou técnico-administrativos;

IV - sugerir medidas que visem à melhoria da qualidade do ensino na Faculdade;

V - participar dos órgãos colegiados da Faculdade na forma prevista neste Regimento;

VI - observar o regime escolar e disciplinar e comportar-se de acordo com os preceitos éticos e morais condizentes com a dignidade humana e com os princípios e objetivos da Faculdade;

VII - estar quite com o pagamento das mensalidades escolares e demais obrigações decorrentes de sua condição de aluno;

VIII - zelar pelo patrimônio moral, cultural e material da Faculdade;

IX - abster-se de toda manifestação, propaganda ou prática que importe em desrespeito à lei, às instituições, às autoridades e a este Regimento.

X - recorrer, nos prazos previstos, das decisões dos órgãos deliberativos e executivos da Faculdade;

XI - exercer as demais atividades escolares que lhe sejam solicitadas pelos professores e dirigentes da Faculdade.

SEÇÃO II DA REPRESENTAÇÃO DISCENTE

Art.90. O corpo discente tem como órgão de representação o Diretório Acadêmico (DA), congregando todos os alunos da Faculdade.

§1º. O DA rege-se por estatuto próprio, elaborado conforme legislação vigente, respeitadas as disposições deste Regimento e as normas emanadas dos órgãos superiores.

§2º. O estatuto do DA deve ser apresentado ao CONSU para reconhecimento.

Art. 91. A representação estudantil, nos órgãos colegiados, tem por objetivo:

I - a defesa dos interesses da classe estudantil perante a administração da Faculdade;

II - sugerir atividades ou programas que favoreçam a integração da comunidade acadêmica e o aprimoramento das atividades de ensino, pesquisa e extensão, resguardados os interesses da Faculdade;

III - promover o estreitamento das relações entre o educando, o professor, o funcionário e os gestores da Faculdade.

Art. 92. Aplicam-se aos representantes estudantis nos órgãos colegiados as seguintes disposições:

I – são elegíveis os alunos regularmente matriculados e frequentes nos cursos de graduação e que estejam cursando pelo menos três disciplinas que cubram a duração de seus mandatos e em cujos prontuários não constem pena disciplinar;

II - o exercício das funções de representação estudantil, em qualquer órgão colegiado ou nos diretórios acadêmicos, não desobriga o aluno do cumprimento de seus deveres acadêmicos, especialmente os relativos à frequência e avaliação do desempenho escolar.

Art. 93. Cessa o mandato do representante do corpo discente nos colegiados que:

- I - sofrer pena de suspensão ou exclusão, após processo disciplinar;
- II - exceder o prazo máximo de integralização de seu curso;
- III - interromper seus estudos, mediante desistência, trancamento ou cancelamento de matrícula ou concluir o curso pelo qual foi indicado como representante.

SEÇÃO III DA MONITORIA

Art.94. A Faculdade pode instituir programa de Monitoria, nele admitindo alunos regulares, selecionados pelas Coordenadorias de Curso e designados pelo diretor-geral entre os alunos que tenham demonstrado rendimento satisfatório na disciplina ou na área da monitoria, bem como aptidão para atividades auxiliares de ensino e pesquisa.

§1º. A monitoria não implica em vínculo empregatício e é exercida sob a orientação de um professor, vetada a utilização do monitor para ministrar aulas teóricas e práticas correspondentes à carga horária regular de disciplina curricular.

§2º. O exercício da monitoria pode ser pontuado curricularmente para futura seleção e ingresso na carreira docente da Faculdade.

§3º. Compete aos Colegiados de Curso baixar as normas regulamentadoras da monitoria, a ser submetida à aprovação do CONSU.

Art.95. A Faculdade pode instituir prêmios, como estímulo à produção intelectual de seus alunos, na forma regulada pelo CONSU.

CAPÍTULO III DO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

Art.96. O corpo técnico-administrativo, constituído por todos os colaboradores não docentes da Faculdade, tem a seu cargo os serviços de suporte técnico e administrativo necessário ao regular funcionamento da Faculdade.

Parágrafo único. A Faculdade zela pela manutenção de padrões e condições de trabalho condizentes com a natureza de instituição educacional, bem como por oferecer oportunidade de aperfeiçoamento técnico-profissional a seus servidores.

Art.97. Os servidores não docentes são contratados sob o regime da legislação trabalhista, estando sujeitos, ainda, ao disposto neste Regimento e demais normas expedidas pelos órgãos superiores da Faculdade e no que dispuser o Plano de Cargos e Salários.

TÍTULO VI DO REGIME DISCIPLINAR CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES COMUNS

Art.98. Na Faculdade, o regime disciplinar que atender aos princípios fundamentais de respeito à dignidade humana, de observância às disposições legais e regimentais, às normas baixadas pelos órgãos competentes e pela autoridade que deles emanam e de preservação do patrimônio moral, cultural e material estende-se a todos os membros da comunidade acadêmica.

Art.99. Constitui infração disciplinar, punível na forma deste Regimento, qualquer ato cometido por um membro da Faculdade que promova danos morais ou materiais, bem como o não atendimento ou a transgressão do compromisso a que se refere o artigo anterior.

§1º. Na aplicação das sanções disciplinares são consideradas a natureza e a gravidade da infração e os danos dela advindos, à vista dos seguintes elementos:

- a) primariedade ou reincidência do infrator;
- b) dolo ou culpa;
- c) valor do bem moral, cultural ou material atingido;
- d) grau de autoridade ofendida.

§2º. A aplicação de penalidade disciplinar a aluno, docente ou funcionário que implique afastamento temporário ou definitivo de suas atividades é precedida de processo disciplinar mandado instaurar pela Diretoria-Geral.

§3º. Em caso de dano material ao patrimônio da Faculdade, além da sanção disciplinar aplicável, o infrator fica obrigado ao ressarcimento dos prejuízos causados.

§4º. O diretor-geral pode, em caso de extrema gravidade, suspender o aluno enquanto perdurar o processo disciplinar.

§5º. É assegurado ao acusado o direito à ampla defesa e ao contraditório, diretamente ou por intermédio de advogado legalmente constituído.

Art.100. São penalidades aplicáveis aos membros do corpo docente, discente e técnico-administrativo:

- I – advertência oral e sigilosa;
- II – repreensão por escrito;
- III - suspensão;
- IV - demissão ou desligamento;

Art.101. Para aplicação das penalidades disciplinares são competentes:

- I – o Conselho Superior;
- II – a Diretoria-Geral;
- III – o Coordenador do Curso;

Parágrafo único. O diretor-geral é o principal responsável pela observância dos preceitos disciplinares e aplicação das sanções estabelecidas em lei e neste Regimento.

Art.102. Das penas de repreensão por escrito e de suspensão aplicadas pelo diretor-geral aos membros do corpo docente e do corpo técnico-administrativo cabe recurso à UNIBR.

Parágrafo único. A pena de demissão aos membros do corpo docente e técnico-administrativo é aplicada pela UNIBR por proposta do diretor-geral.

Art.103. Da pena de advertência por escrito à suspensão aplicada aos membros do corpo discente cabe recurso ao CONSU.

Art.104. A pena de desligamento de membros do corpo discente é aplicada pelo CONSU por falta grave, apurada em processo administrativo, mandado instaurar pelo diretor-geral, respeitado sempre o princípio constante do §5º do art.99.

Art.105. Cabe ao diretor-geral propor a aprovação, pelo CONSU, do Código de Ética da Faculdade.

CAPÍTULO II **DAS DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS AO CORPO DOCENTE**

Art. 106. Os membros do corpo docente estão sujeitos às seguintes penalidades disciplinares:

- I - advertência, oral e sigilosa, por:
 - a) inobservância do horário das aulas;
 - b) atraso no preenchimento dos diários de classe, físico ou online; ou
 - c) ausência injustificada às reuniões dos órgãos da Faculdade.
- II - repreensão, por escrito, por:
 - a) reincidência nas faltas previstas no item I; ou
 - b) desvio no desenvolvimento do programa da disciplina; ou
 - c) ausência injustificada às atividades acadêmicas previstas no horário escolar.
- III - suspensão, com perda de vencimentos, por:
 - a) reincidência nas faltas previstas no item II; ou
 - b) não cumprimento, sem motivo justo, do programa ou carga horária de disciplina a seu cargo.
- IV - dispensa, por:
 - a) reincidência à falta prevista na alínea “b” do item III, configurando-se esta como justa causa, na forma da lei;
 - b) incompetência didática ou científica comprovada por avaliação da CPA e confirmação da Coordenadoria de Curso; ou
 - c) prática de ato incompatível com as regras da ética para a convivência social.

§ 1º. São competentes para a aplicação das penalidades:

- I - de advertência verbal e escrita, o coordenador de curso;
- II - de suspensão, a Diretoria-Geral;
- III - de dispensa, a UNIBR, por proposta da Diretoria-Geral.

§ 2º. Da aplicação das penas de repreensão e suspensão, bem como de demissão por infração disciplinar cabe recurso ao CONSU, interposto no prazo de três dias úteis, contados da data da comunicação do ato.

§ 3º. A pena de demissão por infração disciplinar será precedida de processo interno de apuração, no qual é assegurada a defesa do docente.

CAPÍTULO III **DAS DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS AO CORPO DISCENTE**

Art. 107. Os membros do corpo discente estão sujeitos às seguintes penalidades disciplinares:

- I - advertência verbal, por:
 - a) desrespeito ao diretor-geral, a qualquer coordenador de curso, a membro do corpo docente ou a colaborador da Faculdade em suas funções técnico-administrativas;
 - b) desobediência a qualquer ordem emanada da Diretoria-Geral, das Coordenadorias e de qualquer membro do corpo docente no exercício de suas funções.
- II - repreensão, por escrito, devido a:
 - a) reincidência nas faltas previstas no item I;
 - b) ofensa ou agressão a outro aluno ou perturbação da ordem no recinto da Faculdade;
 - c) danificação do material da Faculdade; ou
 - d) improbidade na execução de atos ou trabalhos escolares.
- III - suspensão, por escrito, devido a:
 - a) reincidência nas faltas previstas no item II;
 - b) ofensa ou agressão a membro do corpo docente ou colaborador da Faculdade; ou
 - c) incitamento à perturbação da ordem na Faculdade.
- IV - Desligamento, por:
 - a) reincidência nas faltas previstas no item III; ou

b) falsificação de documentos para uso junto à Faculdade.

§ 1º. São competentes para aplicação das penalidades:

- I - de advertência verbal e escrita, o coordenador de curso e o diretor-geral;
- II - de suspensão e desligamento, o diretor-geral.

§ 2º. A pena de desligamento é aplicada após conclusão de processo disciplinar de apuração, procedido por comissão constituída por três membros, indicados pelo diretor-geral.

§ 3º. Da aplicação das penalidades a que se refere o presente artigo, cabe recurso, sem efeito suspensivo, para a instância superior, no prazo de cinco dias, contados da data de comunicação do ato.

Art. 108. O registro da penalidade aplicada é feito nos assentamentos escolares, não constando, porém, do histórico escolar do aluno, salvo em caso de desligamento.

Parágrafo único. É cancelado o registro das penalidades de advertência e de repreensão se, no prazo de um ano de sua aplicação, o aluno não incorrer em reincidência.

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS AO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

Art.109. Aos membros do corpo técnico-administrativo e de apoio aplicam-se as penalidades da legislação trabalhista e as definidas neste Regimento para o corpo docente, naquilo que lhe for aplicável.

Parágrafo único. A aplicação de penalidade é atribuição do diretor-geral, ressalvada a de demissão ou rescisão de contrato, que é de competência da UNIBR, por proposta do diretor-geral.

TÍTULO VII DOS TÍTULOS E DIGNIDADES ACADÊMICAS

Art. 110. Ao concluinte de curso de graduação é conferido o respectivo grau e expedido o diploma correspondente.

Parágrafo único. O diploma é assinado pelo diretor-geral, ou coordenador do curso, na ausência daquele, pelo Secretário Geral e pelo diplomado.

Art. 111. Os graus acadêmicos são conferidos pelo diretor-geral, em sessão solene e pública da Faculdade, na qual os graduados prestam o compromisso de praxe, e lavrada respectiva ata.

Art. 112. Ao concluinte que requerer, em separado, o grau é conferido em ato simples nas dependências da Faculdade, em data e horário determinados pelo diretor-geral.

Parágrafo único. Do ato é lavrada ata, assinada pelo diretor-geral e pelo secretário geral.

Art. 113. Ao concluinte de curso de especialização, aperfeiçoamento e extensão é expedido o respectivo certificado, assinado pelo diretor-geral, pelo concluinte e pelo secretário geral.

Art. 114. A Faculdade, após aprovação pelo CONSU, outorga títulos de:

- I - Professor Emérito a docentes que tenham alcançado eminência em seu desempenho e que se aposentaram, com relevantes serviços prestados à Faculdade;
- II – Benemérito, a personalidades notáveis, cujas descobertas, publicações ou trabalhos constituam contribuição relevante para a educação, ciência e a cultura.

Parágrafo único. A concessão destes títulos é feita por proposta do diretor-geral, após aprovação do CONSU, e são outorgados em solenidade pública.

TÍTULO VIII DAS RELAÇÕES COM A MANTENEDORA

Art. 115. A União Brasileira Educacional Ltda. é responsável, perante as autoridades públicas em geral, pela Faculdade, incumbindo-lhe tomar as medidas necessárias ao seu bom funcionamento, respeitadas os limites da lei e deste Regimento, a liberdade acadêmica do corpo docente e discente e a autoridade própria de seus órgãos deliberativos e executivos.

Art.116. Compete, precipuamente, à UNIBR promover adequados meios de funcionamento das atividades da Faculdade colocando-lhe à disposição os bens móveis e imóveis de seu patrimônio, ou de terceiros a ela cedidos, e assegurando-lhe os suficientes recursos financeiros de custeio.

§1º. À UNIBR reserva-se a administração orçamentária da Faculdade, podendo delegá-la, no todo ou em parte, ao diretor-geral.

§2º. Dependem da aprovação da UNIBR as decisões dos órgãos colegiados que importem aumento de despesas.

TÍTULO IX DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 117. As taxas e encargos educacionais são apresentados pela Diretoria-Geral ao CONSU para homologação, atendida a legislação vigente.

Art. 118. Salvo disposições em contrário deste Regimento, o prazo para a interposição de recursos é de quinze dias contados da data da publicação do ato recorrido ou de sua comunicação ao interessado.

Art. 119. O presente Regimento pode ser alterado por deliberação de no mínimo 2/3 dos membros do CONSU, quando houver conveniência para o ensino e a administração da Faculdade e sempre que não venha colidir com a legislação em vigor, submetendo-se as alterações ao órgão competente.

Parágrafo único. As alterações que envolverem matéria pedagógica somente podem ser aplicadas no período letivo seguinte à data da aprovação.

Art. 120. Os casos omissos e de interpretação legal são resolvidos pelo diretor-geral, ouvido o CONSU, e a UNIBR, nos casos pertinentes.

Art.121. Este Regimento entra em vigor na data de aprovação pelo órgão federal competente, conforme legislação em vigor.